

Seleção de fornecedores - Fase recursal

● Online



Concorrência Eletrônica N° 90174/2024 (Lei 14.133/2021)

UASG 925373 - SUPERINTEND.ESTAD.DE COMPRAS E LICITAÇÕES-RO ?

Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto    Modo disputa: Aberto



Disputa

Julgamento

Habilitação

Fase Recursal

Adjudicação/ Homologação

1 SERVIÇO ENGENHARIA

Julgado e habilitado (aguardando adjudicação)

Qtde solicitada: 1

Valor estimado (unitário) R\$ 4.272.714,5500



Data limite para recursos  
11/02/2025  
Data limite para decisão  
07/03/2025

Data limite para contrarrazões  
14/02/2025



Recursos e contrarrazões

07.608.975/0001-46

DSB CONSTRUCOES E SANEAMENTO LTDA

Recurso: cadastrado



Decisão do agente de contratação

Nome  
NOME

Decisão tomada  
não procede

Data decisão  
06/03/2025 12:53

Fundamentação

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL Ata DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 90174/2024/SUPEL/RO PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.: 0036.028828/2023-10/SESAU/RO OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Obras de Engenharia para a construção da Sede do Serviço de Constatação de Óbitos (SVO), na cidade de Porto Velho-Rondônia. Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às doze horas, na sede da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243, reuniu-se a Comissão de Contratação de Obras, nomeada pela Portaria nº 102 de 09 de dezembro de 2024, para proceder ao exame do recurso administrativo apresentado, tempestivamente, pela empresa DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA, contra decisão desta Comissão que analisou e julgou os documentos de PROPOSTA DE PREÇOS e HABILITAÇÃO apresentada pela empresa PSV ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, sessão pública eletrônica no dia 07 de janeiro de 2025, às 10h (horário oficial de Brasília) e 09h (horário local) através da plataforma de licitações COMPRASGOV (www.gov.br/compras). I - DAS PRELIMINARES A) As seguintes empresas apresentaram lances pertinentes ao presente certame na plataforma de licitações COMPRASGOV, a saber: 1) PSV ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 50.708.520/0001-21; 2) LUZI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 09.331.963/0001-42; 3) GONCALVES PEREIRA & CIA LTDA, CNPJ: 01.663.698/0001-98; 4) F1 CONSTRUCOES E NAUTICA LTDA, CNPJ: 06.939.058/0001-81; 5) ENGERAL CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 34.719.674/0001-62; 6) IMPERIAL COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA, CNPJ: 20.238.239/0001-01; 7) 3R CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 03.733.899/0001-40; 8) UNI NORTH EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ: 33.281.390/0001-74; 9) EGN COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 04.062.730/0001-78; 10) K R SOUZA LTDA, CNPJ: 44.600.314/0001-09; 11) CONSTRUTORA CASTRO E CARVALHO LTDA, CNPJ: 32.668.969/0001-21; 12) J R LAGE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 43.507.071/0001-98; 13) DIAS CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 11.887.323/0001-65; 14) MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 02.646.893/0001-72; 15) BMV SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 30.807.045/0001-33; 16) CASTROL LOCACAO DE MAQUINAS, TRANSPORTES E SERVICOS LTDA, CNPJ: 08.612.687/0001-28; 17) CONSTRUTORA NOGUEIRA LTDA, CNPJ: 41.562.437/0001-04; 18) 34.306.375 GLEVERSON NASCIMENTO DOS SANTOS, CNPJ: 34.306.375/0001-04; 19) AC CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 23.044.736/0001-67; 20) RNL TRADE AND FACILITIES LTDA, CNPJ: 15.655.026/0001-45; 21) A. C FAUSTINO LTDA, CNPJ: 04.723.376/0001-85; 22) TERRA FORTE LTDA, CNPJ: 01.999.130/0001-42; 23) ITA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 34.471.789/0001-80; 24) PISSINATI CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 43.307.489/0001-51; 25) IMPERIO COMERCIO E CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 30.182.423/0001-30; 26) DSB CONSTRUCOES E SANEAMENTO LTDA, CNPJ: 07.608.975/0001-46; 27) ALFA-X COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 40.996.561/0001-07; 28) MEKA ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 08.812.617/0001-13; 29) DFE CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA, CNPJ: 41.347.110/0001-01; 30) NOVA RENASCER LTDA, CNPJ: 12.628.444/0001-55; 31) ABR SERVICE LTDA, CNPJ: 41.562.437/0001-04; 32) V. FERNANDES NOGUEIRA LTDA, CNPJ: 28.238.248/0001-04; 33) BIOLUX



valor estimado pela administração pública R\$ 4.272.714,55 (quatro milhões, duzentos e setenta e dois mil setecentos e quatorze reais e cinquenta e cinco centavos) e o valor obtido na negociação foi de R\$ 2.841.562,78 (dois milhões, oitocentos e quarenta e um mil quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos). B) RECURSO ADMINISTRATIVO – A Empresa DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA tempestivamente, manifestou a intenção de recorrer em campo próprio da plataforma de licitações COMPRAS.GOV (www.gov.br/compras) (ID 0057371510). C) CONTRARRAZÕES – A Empresa PSV ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA apresentou suas contrarrazões de recurso tempestivamente no campo próprio da plataforma de licitações COMPRAS.GOV (www.gov.br/compras) (ID 0057371579). D) Recurso administrativo e contrarrazões com base na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021. II - DAS FORMALIDADES Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foi cientificado as demais licitantes da existência e trâmite do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgado o Recurso (ID 0057455664) na íntegra no "site" da SUPEL/RO (www.rondonia.ro.gov.br/supel), bem como mantém-se disponibilizado na sala eletrônica da sessão pública através da plataforma de licitações COMPRASGOV (www.gov.br/compras). III - DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO A Empresa DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA insurge-se contra a decisão da Comissão de Contratação, que classificou a proposta comercial e habilitou na segunda fase da licitação a empresa PSV ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, alegando o que segue: 1) A Empresa requerente alega que a proposta de preços apresentada pela PSV ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, encontra-se inexecutável, cujo valor encontra-se inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração 2) Segundo a Empresa recorrente, não foi demonstrado de forma satisfatória pela Empresa Vencedora, quanto a Exequibilidade da proposta para a execução da Obra, alegando que a referida empresa só realizou obras com VALORES MAIS BAIXO, mas não demonstrado que a mesma tenha material sobressalente ou em estoque para a efetuação de outras obras com valores abaixo do que descreve o Edital e as determinações de inexecutabilidade. 3) Enfatiza, alegando que a diferença entre obras e a sua conclusão, é totalmente diferente e irrelevante neste caso, e que o fato de a empresa ter demonstrado que conseguiu concluir obras abaixo do valor previsto, não demonstra a sua capacidade de manter esta meta, mas demonstra que a empresa não presa pelos serviços em obra com a qualidade necessária para uma boa construção civil de qualidade. IV – DAS CONTRARRAZÕES A Empresa recorrida PSV ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA por sua vez, refuta todos os fatos que lhe são impostos no recurso ora impetrado, esclarecendo que de acordo com o art. 59, IV, da Lei de Licitações, se considera como preços manifestadamente inexecutáveis aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade - através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e são compatíveis com a execução do objeto do contrato. Afirma que Empresa contrarrazoante apresentou sim, a justificativa de exequibilidade da proposta de preços ofertada, demonstrando possuir os recursos e a expertise necessários para a execução contratual. Além disso, alega que os preços apresentados estão dentro dos parâmetros comerciais atuais, confirmando a viabilidade econômica da proposta. Demonstrando que embora tenha ofertado preço abaixo do percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do preço orçado, tem plena capacidade técnica e financeira para executar futuro Contrato. Cita que o percentual de sua proposta foi de aproximadamente 67% (sessenta e sete por cento) do valor orçado, aproximadamente 8% (oito por cento) abaixo do percentual legal que é de 75% (setenta e cinco por cento) - (valor orçado R\$ 4.272.714,55 e valor da proposta R\$ 2.841.562,78). Concluindo que o percentual é irrelevante diante do orçado, sendo então, atendida plenamente as regras do Edital, e acertada a decisão da Presidente da Comissão de Contratação que a classificou e habilitou no certame, atendendo plenamente aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e formalismo moderado. Requer que seja considerado improcedente o recurso administrativo interposto pela empresa DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA, alegando que atendeu as regras descritas no Edital, em específico apresentou proposta de preço exequível. V- DA ANÁLISE DOS FATOS quanto ao RECURSO: Após analisar o recurso interposto, com base no art. 165º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/21, a Comissão de Contratação de Obras DECIDIU MANTER sua decisão proferida em sessão pública, fundamentada no princípio constitucional contido no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/21, vinculado as condições do Edital. Senão vejamos: A Lei 14.133/2021, que rege as licitações públicas, estabelece a necessidade de análise da exequibilidade das propostas apresentadas nas licitações, considerando a razoabilidade e a proporcionalidade. A legislação não impõe um percentual fixo ou rígido como critério absoluto para desclassificação, mas exige que as propostas sejam viáveis do ponto de vista econômico e técnico. No Art. 59, IV, da Lei 14.133/2021 diz: "Considera-se preço manifestadamente inexecutável aquele que, não demonstrada sua viabilidade, não apresente a compatibilidade com o objeto contratado." Neste caso, o percentual de 67%, mesmo sendo 8% abaixo do limite legal de 75%, não caracteriza automaticamente um preço inexecutável, pois a proposta deve ser analisada como um todo, com base em sua viabilidade técnica e financeira, e não apenas pelo percentual em relação ao orçamento. O TCU tem se manifestado de forma consistente sobre a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade no processo de habilitação e julgamento das propostas nas licitações. Em decisões anteriores, o Tribunal tem enfatizado que a análise da exequibilidade da proposta deve ser feita com base em uma visão global da viabilidade do contrato, e não apenas em percentuais isolados, desde que o valor da proposta seja compatível com o orçamento previsto. Jurisprudência 1: TCU, Acórdão nº 1031/2017 – Plenário "A Administração Pública não está obrigada a desclassificar a proposta que esteja abaixo do valor orçado, desde que a empresa tenha demonstrado, de forma clara e objetiva, a exequibilidade da proposta e a capacidade de execução do contrato, com base na sua experiência prévia e nos custos de mercado." (Destacando que o valor da proposta deve ser analisado com base na sua viabilidade técnica e financeira, e não somente no percentual em relação ao orçamento.) Jurisprudência 2: TCU, Acórdão nº 2226/2016 – Plenário "Não cabe à Administração, de forma automática, desclassificar uma proposta cujo preço esteja abaixo do valor orçado, sem que tenha sido devidamente analisada a exequibilidade do valor proposto, com base na justificação do licitante, levando em consideração a razão entre o preço e a qualidade do objeto a ser contratado." (Aqui, o TCU reforça a análise da proposta como um todo, não só o percentual do valor orçado, destacando a importância da justificação e da análise detalhada do custo da obra.) Em relação ao Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade, exige que a Administração Pública, ao decidir sobre a exequibilidade das propostas, atue de forma proporcional, considerando o equilíbrio entre os custos e os benefícios da proposta apresentada. A proporcionalidade, por sua vez, exige que a Administração adote uma análise equilibrada, sem exageros, sendo que uma pequena diferença percentual, como a de 8% abaixo do limite de 75%, não pode ser considerada suficiente para desclassificar uma proposta que atenda aos requisitos de qualidade e viabilidade. Jurisprudência 3: STJ, AgRg no REsp 1.486.731/SP "A Administração Pública deve aplicar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na análise das propostas de licitação, especialmente quando o percentual da proposta apresentada está ligeiramente abaixo do limite estipulado no edital. A decisão administrativa que desclassifica uma proposta com fundamento em um percentual irrisório de diferença não observa esses princípios." Diante da análise Jurisprudencial, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), considera que a pequena diferença percentual, quando bem justificada, não deve ser motivo para desclassificação automática de uma proposta. Em relação ao Princípio do Formalismo Moderado, a Lei 14.133/2021, em seu art. 38, adota o princípio do formalismo moderado, que busca evitar que o excesso de rigor e formalismo prejudique o processo licitatório. O formalismo moderado permite que a Administração considere a razoabilidade das decisões, de modo que uma pequena diferença percentual, quando não comprometer a viabilidade do contrato, pode ser considerada como uma falha formal irrelevante. Jurisprudência 4: TCU, Acórdão nº 1335/2014 – Plenário "O formalismo excessivo no julgamento das propostas pode comprometer a celeridade do processo licitatório, devendo a Administração considerar a razoabilidade da decisão, evitando desclassificações baseadas em diferenças mínimas que não prejudiquem o interesse público ou a viabilidade da execução do contrato." O TCU aponta que a Administração deve ser flexível e razoável ao aplicar o formalismo, considerando as circunstâncias específicas do caso. A pequena diferença de 8% abaixo do limite de 75% não pode ser vista como uma violação substancial às regras do edital, especialmente se a empresa apresentou justificativas adequadas para a viabilidade do valor proposto. A exequibilidade da proposta deve ser avaliada com base no conjunto de elementos apresentados, como experiência anterior, capacidade técnica, e demonstrativo de custos. A simples diferença percentual não implica necessariamente em desclassificação, quando demonstrado que a proposta é viável. Para Marçal Justen Filho, um dos maiores doutrinadores da área de licitações e contratos administrativos, afirma que "não se pode desclassificar uma proposta exclusivamente com base em um valor percentual inferior ao orçamento se a proposta estiver adequadamente justificada e a empresa comprovar sua capacidade técnica e financeira de executar o contrato". Portanto, a decisão da Comissão de Contratação de habilitar a empresa está em consonância com os princípios da Administração Pública, com a Lei 14.133/2021, e com a jurisprudência do TCU, devendo ser mantida. VI - CONCLUSÃO Com base nas jurisprudências apresentadas e nos princípios da Administração Pública, é possível argumentar que a proposta da empresa PSV ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, com um percentual de 67% do valor orçado, não deve ser desclassificada exclusivamente pelo fato de ser 8% abaixo do limite de 75%, desde que a empresa tenha demonstrado, adequadamente, a exequibilidade da proposta. A decisão da Comissão de Contratação deve ser mantida, pois está em consonância com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e do formalismo moderado, permitindo que a Administração realize uma licitação eficiente e que atenda ao interesse público. Por todo o exposto, concluímos que os argumentos trazidos pela empresa DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA devem ser improcedentes, considerando que a empresa PSV ENGENHARIA apresentou todos os requisitos necessários para a sua habilitação, dentro dos parâmetros legais e da jurisprudência aplicável. VII – DECISÃO Isto posto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, esta Comissão de Contratação de Obras conhece o RECURSO apresentado pela empresa DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA para negar-lhe provimento, MANTENDO a decisão anteriormente proferida em Sessão Pública eletrônica no dia 29 de janeiro de 2025, às 11h (horário de Brasília) e 10h (horário

Revisao da autoridade competente

Nome	Decisão tomada	Data decisão
NOME	mantida decisão não procede	07/03/2025 14:51
<div>Fundamentação</div> <div>Decisão nº 20/2025/SUPEL-ASTEC À Comissão de Contratação de Obras. Concorrência Eletrônica n. 90174/2024 Processo Administrativo: 0036.028828/2023-10 Interessada: Secretaria de Estado da Saúde – SESAU/RO Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Obras de Engenharia para a construção da Sede do Serviço de Constatação de Óbitos (SVO), na cidade de Porto Velho-Rondônia. Assunto: Decisão em julgamento de recurso. Vistos, etc. Aportaram os autos para elaboração de decisão da autoridade superior, nos termos do art. 165, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021. Os autos do presente processo versam sobre procedimento licitatório, na modalidade Concorrência Eletrônica, que tem por objetivo a Contratação de Empresa Especializada em Obras de Engenharia para a construção da Sede do Serviço de Constatação de Óbitos (SVO), na cidade de Porto Velho/RO. Verifica-se a interposição de recurso por parte da empresa DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA (Id. 0057371510), em face da decisão da comissão sobre a habilitação e classificação da empresa PSV ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, que apresentou tempestivamente suas contrarrazões (Id. 0057371579). Nas razões apresentadas, em desfavor da recorrida, a recorrente alega inexecuibilidade da proposta apresentada, pugnando: Que a proposta da recorrida é inexecuível, pois o valor encontra-se inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração; Que a empresa recorrida apresentou tão somente ter realizado obras com valores mais baixos, sem comprovar "que a mesma tenha material sobressalente ou em estoque para a efetuação de outras obras com valores abaixo do que descreve o Edital e as determinações de inexecuibilidade." Vale destacar que as exigências editalícias acerca da aceitabilidade da proposta, estão descritas no item 14 e seguintes do Instrumento Convocatório (Id. 0054808030), in verbis: 14. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA 14.1. Encerrada a etapa de negociação, a Comissão de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares. 14.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V. 14.3. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado pela Administração. 14.4. Para evitar contratações com preços manifestamente inexecuíveis na execução dos contratos, serão desclassificadas as propostas ou lances vencedores, cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme § 4º do art. 59 da Lei 14.133 de 2021. 14.4.1. A Comissão de Contratação de Obras poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada. 14.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24:00 (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata; 14.6. A Comissão de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24:00 (vinte e quatro horas), sob pena de não aceitação da proposta. 14.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Comissão de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Comissão. 14.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Comissão de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Comissão de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta. 14.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Comissão de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação. 14.9.1. Se tratando de LOTE, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote. 14.10. Havendo necessidade, a Comissão de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade. 14.11. A Comissão de Contratação deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital. 14.12. Também nas hipóteses em que a Comissão de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor. 14.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo "chat". Em atenção as alegações recursais, reforça-se que a análise das propostas quanto a sua exequibilidade estão atreladas a análise consciente e clara dos termos que permeiam o objeto, logo, as licitantes ao ingressarem suas propostas estão cientes dos seus custos e cientes das exigências do certame. Assim, passamos a análise. Cumpre exemplificar, inicialmente, que a nova Lei de Licitações institui uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços nas licitações para obras e serviços de engenharia, segundo a qual serão consideradas inexecuíveis, as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nessa sentido o Tribunal de Contas da União assim se posiciona: O critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, sendo possível que a Administração conceda à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, nos termos do art. 59, § 2º, da referida lei. Acórdão 803/2024-Plenário   Relator: BENJAMIN ZYMLER. Nesse ponto, a recorrida rebate em suas contrarrazões que as regras de percentuais para análise de inexecuibilidade não possuem caráter absoluto, afirmando que "não se pode adotar o entendimento de que o simples fato de apresentar proposta inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração que esta seria inexecuível". Em consonância a essa tese, vale rememorar o entendimento do TCU, mencionado alhures, que remonta a compreensão de que, o critério percentual previsto na lei 14.133/2021, com objetivo de aferir a exequibilidade das propostas, se trata de critério relativo, ou seja, que carece de complementação para que possa surtir efeitos ou assegurar a inexecuibilidade. Nesta senda, ao se deparar com preços inferiores ao percentual indicado, a Administração deve, necessariamente, diligenciar para confirmar a exequibilidade da proposta nos termos dispostos. Para tanto, pontua-se que a Comissão quando da análise das propostas, ao verificar que a vencedora apresentou o maior desconto no certame, enviou a proposta e o documento de exequibilidade para análise técnica da Unidade Requisitante, conforme despacho (Id. 0056325842). A análise pormenorizada da Secretaria de Estado da Saúde – SESAU/RO, exposta na Análise nº 7/2025/SESAU-CO (Id. 0056775396) concluiu pela aceitação do que foi proposto, senão vejamos: 5.3. Sugerimos: 5.3.1. A aceitação e classificação da proposta da empresa PSV CONSTRUÇÕES LTDA , CNPJ sob nº 50.708.520/0001 -21, com as indicações elencadas nesta análise. Lado outro, atenta-se que a empresa apresentou tudo em conformidade com o exigido e como bem pontuado pela Comissão em sua Ata de Julgamento (Id. 0057371663), e a avaliação da exequibilidade da proposta deve ser feita com base em uma visão global da viabilidade do contrato, e não apenas em percentuais isolados, desde que o valor da proposta seja compatível com o orçamento previsto, como é o caso. O TCU aponta que a Administração deve ser flexível e razoável ao aplicar o formalismo, considerando as circunstâncias específicas do caso. A pequena diferença de 8% abaixo do limite de 75% não pode ser vista como uma violação substancial às regras do edital, especialmente se a empresa apresentou justificativas adequadas para a viabilidade do valor proposto. A exequibilidade da proposta deve ser avaliada com base no conjunto de elementos apresentados, como experiência anterior, capacidade técnica, e demonstrativo de custos. A simples diferença percentual não implica necessariamente em desclassificação, quando demonstrado que a proposta é viável. Para Marçal Justen Filho, um dos maiores doutrinadores da área de licitações e contratos administrativos, afirma que "não se pode desclassificar uma proposta exclusivamente com base em um valor percentual inferior ao orçamento se a proposta estiver adequadamente justificada e a empresa comprovar sua capacidade técnica e financeira de executar o contrato". Ante o exposto, não assiste razão a recorrente. Por fim, sobre as alegações que envolvem a qualidade do serviço a ser prestado pela recorrida, resta claro no Projeto Básico as características dos produtos e serviços a serem prestados (Id. 0053939291), conforme item 16.4.11.14: 16.4.11.14. A Contratada deve utilizar materiais novos, de primeira qualidade, que atendam às condições estipuladas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), resistentes e adequados à finalidade a que se destinam. Caso a contratada utilize materiais cuja qualidade seja duvidosa (marcas desconhecidas ou de fabricantes sem renome no mercado para o tipo de material específico), caberá à mesma comprovar, através de testes, atestados, etc., estarem os mesmos de acordo com as normas técnicas, caso solicitado pela fiscalização. A fiscalização poderá solicitar uma vistoria em conjunto com o representante do fabricante, visando obter o melhor controle de qualidade possível dos serviços e produtos utilizados. No mais a empresa atestou sua ciência aos termos do certame, declarando expressamente ciências aos termos do edital (Id. 0056932214). Portanto, não há neste ponto o que acatar das declarações da recorrente. Desta feita, em concordância com as razões e fundamentos destacados na Ata de Julgamento de Recurso (Id. 0057371663), que elaborado em</div>		



Comissão para para ciência e providências aplicáveis à espécie. Fabíola Menegasso Dias Diretora Executiva Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia

Voltar

Decidir reabertura



Acesso à  
Informação